



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Pontos de cultura" e "Centros cívicos": Um estudo sobre modelos de políticas culturais voltados para a cidadania cultural no Brasil e Espanha

Bárbara Duarte Lira

barbaramduarte@yahoo.com.br

Universidade Federal do Ceará

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender de que maneira os diferentes processos de formação da cidadania no Brasil e na Espanha influenciaram as políticas culturais e o desenvolvimento da cidadania cultural nesses países. Para isso, fizemos uma análise comparativa das políticas culturais a partir do estudo da política dos “Pontos de cultura” e dos “Centros Cívicos”. É sabido que o campo de discussão sobre gestão cultural e políticas culturais no Brasil e América Latina ainda é recente, existindo poucos estudos sistematizados sobre o tema. Em contraponto, a Espanha se destaca por ser um dos modelos de referência na trajetória das políticas culturais no mundo, influenciando o debate da agenda internacional sobre o tema. Na última década, a política cultural brasileira tem tido destaque em nível internacional através da formulação e implementação do conceito de “Cultura Viva”, que tem os ‘Pontos de cultura’ como principal representante. O objetivo do Programa “Cultura Viva” é subverter a concepção oficial de cultura compreendida apenas como “Belas-Artes”, para uma noção antropológica que reconhece as mais variadas formas de expressões artísticas e manifestações culturais existentes. A proposta do Programa foi construir uma política cultural democrática e cidadã voltada para a “cidadania cultural”. Nesse sentido, vale a pena investigar de maneira mais profunda: Até que ponto essa proposta foi realmente realizada? Para compreender esse processo se faz necessário considerar as dimensões históricas e políticas de desenvolvimento de uma “cidadania fragilizada” no país. No que se refere a política cultural espanhola, ao longo da sua história política podemos perceber algumas similaridades com o Brasil. Ambos os países vivenciaram uma ditadura e enfrentaram as marcas da repressão e da censura em diversas áreas, entre elas, no campo cultural e artístico. A divisão política e territorial da Espanha em Comunidades autônomas vem de um legado histórico de organização e participação da população nos processos de cidadania do país. Isso contribuiu para que houvesse uma horizontalidade maior na construção do sistema nacional de cultura na Espanha com atenção para o modelo de políticas culturais de ‘proximidade’. Um dos principais representantes desse tipo de política foi o modelo dos ‘Centros Cívicos’. Equipamentos sócio-culturais descentralizados nos bairros, com caráter aberto à participação, que tem como função potencializar os serviços sociais básicos e o desenvolvimento da ‘vida cultural’ da população. Uma vez apresentada essa discussão inicial, nos propomos a realizar um paralelo entre as duas experiências de políticas públicas culturais realizadas nos dois países, no sentido de perceber de que maneira as experiências podem se aprimorar e dialogar entre si.

Palavras-chaves: Política cultural; Pontos de cultura; Centros cívicos;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The objective of this article is to understand the manner in which different processes of citizenship formation in Brazil and Spain have influenced cultural policy in these two countries. With this in mind a comparative analysis is presented of “Culture Points” in Brazil and Civic Centers in Spain. It is widely known that that discussion of cultural policy in Brazil and Latin America is relatively recent with few systematic studies on the theme. In contrast, Spain stands out as a reference in the development of cultural policy influencing the international agenda of debate on the subject. In spite of this, over the past decade, Brazilian cultural policy has featured at the international level with the formulation of the concept of “Living Culture” which has “Culture Points” as its principal reference. The objective of the “Living Culture” concept is the subvert the official concept of culture conceived in terms of “Fine Arts” and to replace it with an anthropological notion which recognizes the variety of artistic and cultural manifestations. The proposal of the program was to construct a democratic cultural policy oriented towards “cultural citizenship”. This raises the question as to the extent to which the project succeeded?

In order to answer this it was necessary to consider the historical and political dimensions of the development of a “weakened citizenship” in Brazil. Here there are interesting comparisons and differences between Brazil and Spain. While both countries lived through a dictatorship and confronted the weight of repression in diverse areas, among them the cultural and artistic field, the historical legacy of the division of Spain into autonomous communities contributed to organization and participation of the population in the citizenship process. This contributed towards a greater leveling in the construction of cultural policy of what is called “closeness”. One of the principal effects of this in cultural policy is the model of “Civic Centers”. Decentralized socio-cultural facilities in communities with open participation have the effect of incentivizing basic services and the development of “cultural life” among the population. This contrasts with the Brazilian experience where local participation has been weaker. Having presented this initial discussion we propose to compare the experiences of cultural policy in both countries with the aim of promoting dialogue between the two experiences.

Keywords

Cultural Policy; Point of Culture; Civics Centers;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

O debate apresentado nesse artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida por mim, em nível de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O objetivo principal da minha pesquisa é compreender o desenvolvimento das políticas públicas de cultura no Brasil a partir da experiência dos “Pontos de cultura” desde a sua implantação em 2004, até o momento em que a política pública é transformada em lei no ano de 2014. Este trabalho é um desdobramento da tese de doutorado e da experiência realizada durante uma pesquisa de campo desenvolvida na Catalunya (Espanha), em razão de um período de doutorado sanduíche vinculado a Cátedra Unesco de Políticas Culturais na Universidade de Girona (UDG) sob orientação do Prof Dr. Alfons Martinell Sempere.

Naquela ocasião, tive a oportunidade de conhecer o desenvolvimento da política pública dos “Centros Cívicos” na cidade de Girona, a partir de três experiências: Centro Cívico de Sant Narcis, Centro Cívico de Santa Eugênia e Centro Cívico de Pont Major. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos destes equipamentos culturais, lideranças comunitárias e *experts* da área, a fim de desenvolver projetos futuros de pesquisas relacionais e publicações, a exemplo desse artigo, sobre as experiências de políticas públicas de cultura entre esses dois países, com o intuito de perceber as principais convergências e especificidades que podem ser relevantes para o aprimoramento das discussões dentro do panorama das políticas culturais Ibero-americanas.

Nesse sentido, o nosso interesse foi analisar especificamente a política cultural dos ‘Pontos de cultura’, como representante maior do “Programa Cultura Viva” no Brasil e, paralelamente, a política pública dos “Centros Cívicos” na Espanha, percebendo as peculiaridades da relação entre Estado e sociedade civil para o desenvolvimento da cidadania cultural, em ambos os casos.

Durante as últimas décadas, vivenciamos um importante avanço na implementação de políticas públicas culturais por governo de vários países do mundo. Isso esteve relacionado com a centralidade que a cultura adquiriu no mundo contemporâneo, e ao mesmo tempo, com uma visão que passou a compreender o significado do seu caráter transcendental e sua contribuição para a melhoria dos indicadores sociais. Importante destacar o papel central que as agências de cooperação internacional tiveram nesse processo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em 2004, durante a gestão de Gil no MinC, foi criado o “Programa Cultura Viva” e a política dos “Pontos de cultura”, que posteriormente viria a ser replicado como modelo institucional de política pública para inúmeros países da América Latina e do mundo. O conceito de cultura do “Programa Cultura Viva” e da gestão do MinC em geral propunha uma noção ampliada de cultura do que aquela, até então predominante, que compreendia cultura apenas como “Belas-Artes”. Ocorre assim, uma interpretação que pretende incorporar os diversos atores e grupos culturais, bem como as mais variadas formas de expressões artísticas e manifestações culturais existentes

Como eixo central do Programa “Cultura Viva”, a política dos “Pontos de cultura” consistiu em um investimento financeiro do Governo federal para iniciativas culturais já existentes de organizações da sociedade civil, a fim de garantir sua continuidade e desenvolvimento, e ao mesmo tempo, potencializar uma rede de organização entre os mais variados participantes das diferentes regiões do Brasil, que passavam a trocar experiências e se organizar politicamente.

De acordo com as cartilhas e documentos de criação da política pública pelo MinC do Brasil, a proposta era construir uma “gestão compartilhada” com objetivos voltados para a construção da “cidadania cultural”. Pretendemos analisar alguns aspectos da organização política dos grupos representantes dos “Pontos de cultura” na relação com os representantes do MinC, a fim de perceber as disputas decorrentes desses processos participativos.

No que se refere a política cultural espanhola, é bem verdade que ao longo da história política podemos perceber algumas similaridades entre Brasil e Espanha. Ambos os países vivenciaram uma ditadura e enfrentaram as marcas do controle, da censura e da repressão em diversas áreas, entre elas, no campo cultural e artístico. Desse modo, só após a derrocada do “Franquismo” que surge o Ministério da cultura espanhola em 1978, baseado no formato do Ministério francês, proposto por André Malraux. Os seus principais pressupostos foram a descentralização da política e da gestão cultural como forma de garantir o acesso à pluralidade cultural de forma democrática.

A divisão política e territorial da Espanha em Comunidades autônomas vem de um legado histórico de organização e participação da população nos processos de cidadania do país. Isso contribuiu para que houvesse uma horizontalidade maior na construção do sistema nacional de



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

cultura na Espanha com atenção para o modelo de políticas culturais de ‘proximidade’, de qual fazem parte entre outros, os conselhos municipais de cultura e os centros cívicos.

Sob um cenário em que se concentravam uma diversidade de atores que se opunham ao governo, e principalmente, a partir da pressão social das associações populares integrantes do movimento de vizinhos, foram criados os centros cívicos na Espanha, como espaços culturais descentralizados nos bairros, aberto à população com caráter popular e participativo, tendo como função potencializar os serviços sociais básicos, a coesão social, a promoção da cultura e da participação política.

Apresentada essas questões, voltamos para nossa proposta, que é compreender de maneira geral, quais os diálogos estabelecidos entre o governo espanhol e os representantes da sociedade civil, a partir de organizações e cidadãos individuais, na realização da agenda de trabalho e atuação na área de cultura dos Centros Cívicos, e ao mesmo tempo, comparar esse modelo com a política dos “Pontos de cultura” no Brasil, percebendo as convergências e os dilemas presentes nas políticas culturais realizadas nos dois países.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Cidadania cultural e participação política a partir da experiência dos Pontos de cultura no Brasil: A CNPdC e o MINC (CNPdC)

A disputa por um conceito mais amplo de cidadania que aprofunde a noção tradicional de “status legal” universal e passe a abarcar as diferentes dimensões identitárias contemporâneas, tem sido uma manifestação constante dos novos movimentos sociais. Turner (2002) nos indica a possibilidade de estender o esquema linear de T.H Marshall (1973) para os direitos humanos, e a partir disso, para os direitos culturais. (Turner, 2002).

Acreditamos que a proposta de Turner (2002) possa ser relevante para pensarmos a complexidade de dinâmicas e grupos culturais existentes na contemporaneidade, o debate sobre direitos culturais sendo extremamente pertinente para se pensar uma quarta etapa dos direitos de cidadania, conseqüentemente, fomentar o debate em torno da relação estabelecida entre cidadania e cultura.

Em termos teóricos a proposta de cidadania cultural do MinC no Brasil se fundamenta em perspectivas dialógicas e participativas, que diferem de um projeto que compreende a cidadania através do consumo, como exemplo, mais do que isso, a proposta da gestão foi ampliar a participação na vida cultural e nos processos políticos que envolvem essa dimensão.

Na observação do desenvolvimento da política pública de cultura, observamos isso através das proposições contidas nos textos dos documentos oficiais, mas também, a partir de “observação participante” realizada em ocasiões em que se realizaram esses processos participativos, que contribuíram para estimular a participação política dos representantes da sociedade civil. Contudo, o que precisa ser problematizado, é até que ponto o que foi discutido e deliberado como demandas relevantes para os movimentos, foi implementado na gestão do MinC?

Numa discussão mais recente, Renato Rosaldo (2000) define que a cidadania cultural tem um papel fundamental de discutir as aspirações legítimas dos grupos subordinados, assim como, os direitos das minorias, pois são justamente os processos de exclusão social que provocam as lutas pela afirmação de direitos.

Todavia, quando levamos em consideração o modelo de desenvolvimento de cidadania a partir das etapas dos direitos, notamos que um dos empecilhos para o desenvolvimento mais amplo desse



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

processo está relacionado como o fato de que, no Brasil, ainda não conquistamos majoritariamente os direitos sociais para a parcela mais ampla da sociedade. Isso esbarra diretamente no investimento estatal à cultura, já que ainda é uma visão recorrente, a ideia de que a cultura é um luxo ou uma necessidade supérflua perante a necessidade de investimento em outras áreas.

É verdade, que no Brasil, o debate sobre cidadania cultural carece ainda de um desenvolvimento mais alinhado a perspectiva multicultural. A nosso ver, um ponto que deve ser considerado como relevante, é a importância de compreender a cultura como parte da cidadania. Essa seria uma maneira de romper com uma visão hegemônica tradicional que compreende a participação política voltada meramente para a justiça social e para questão da desigualdade econômica. Nesse sentido, compreendemos que uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que inclui a participação na cultura como uma parte substancialmente importante da participação política.

Desse modo, tecer considerações sobre os direitos culturais como um ramo da cidadania e os seus impasses de aplicação seja no Brasil ou no mundo, nos permite colaborar para o preenchimento de uma lacuna de estudos que é bastante atual e que carece de debate nas políticas culturais, principalmente, no que diz respeito a consideração de um conceito mais aprofundado sobre esse tema.

No que se refere ao desenvolvimento dos direitos de cidadania no país, concordamos que ainda vivenciamos um processo de cidadania “incompleta”, já que a sociedade brasileira ainda é fortemente marcada pela exclusão social, desigualdade de rendas, pobreza e violência (Carvalho, 2003).

Durante a década de 70 e 80 os movimentos sociais retomaram a questão da democratização do Estado transformando suas demandas em garantia de direitos por meio da construção da “Carte Magna” brasileira. Vale salientar, que a luta dos representantes do campo popular e democrático, iria mais além, promovendo a criação de um “sistema descentralizado e participativo” no qual, os representantes da sociedade civil realizariam o controle social das políticas sociais incorporando as seguintes dimensões: “formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas” (Moroni, 2006).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Foram elaboradas “diretrizes constitucionais” que garantiram a instauração de espaços públicos institucionais como conselhos, conferências, orçamentos participativos, entre outras instâncias, que permitiram a participação popular na construção das políticas públicas em diversas áreas.

A gestão de Gil no MINC realizou um processo de retomada da importância de estruturar a cultura e os direitos culturais num modelo institucional de participação social que foi iniciado na década de 80 para outras áreas. Para isso, foram criados diversos mecanismos participativos pelo MINC para a estruturação da política pública de cultura e do diálogo com a sociedade civil. Para fins de delimitação de análise da participação social realizada pelos representantes da sociedade civil na sua relação com o governo, escolhemos analisar especificamente a participação da **Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC)**, já que, analisar os mecanismos de participação social como um todo mereceria um trabalho mais aprofundado do que o espaço reservado para esse artigo.

De acordo com os depoimentos realizados em algumas entrevistas realizadas por nós com representantes do MINC e dos “Pontos de cultura”, notamos que, devido à abrangência do programa houve uma demanda por representação da sociedade civil na sua relação com o governo, já sua circunscrição foi todo o território nacional.

Por um lado, ocorre um estímulo institucional, mas que os variados setores da sociedade civil corroboraram em concordância, sobre a necessidade da formação de uma representação política para articulação de demandas e sustentação de uma rede de “Pontos de cultura” em todo o país. O momento fundador desta representação política aconteceu durante o principal evento que reúne os Pontos de cultura, que é a “Teia”, na edição de Belo Horizonte realizada em 2007.

Na ocasião, foram eleitos os representantes da primeira gestão da **CNPdC** e foi fundado o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (**FNdPC**), como um espaço de discussão política e principal instância de reunião e deliberação da Comissão nacional.

Na sua primeira formação, a CNPdC foi constituída de 57 (cinquenta e sete) membros, sendo 27 (vinte e sete) destes entre representantes de cada estado da federação, e os 30 (trinta) repre-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sentantes dos grupos de trabalhos (GTs) criados, que tiveram a intenção de contemplar a diversidade cultural de temas relevantes ao amplo público-alvo participante.

Foi uma proposta do MinC, desde o início, potencializar a formação de uma rede de agentes culturais que, até então, não estava conectada e em articulação. Para realizar a capilarização do movimento como um todo, também foram criadas comissões estaduais e municipais, que por meio dos seus representantes, realizaram encontros e mobilizações políticas próprias. Um dos principais intentos do MinC era que, esses coletivos locais de integrantes do programa, pudessem atuar na organização das teias estaduais e municipais, como etapas que antecedem o encontro nacional.

Durante o período de 2007 a 2013, período delimitado como recorte para nossa pesquisa, observamos que a CNPdc realizou uma agenda de reuniões do FNdPC conjuntamente com a realização da TEIA nacional, mas também, atuou ao longo do ano, em encontros específicos para reuniões do FNdPC, quando os representantes eleitos se reuniam em diferentes regiões do país, por meio de financiamento do MinC, para discutir questões políticas relevantes a serem debatidas e propostas para um melhor aperfeiçoamento da política pública de cultura do Programa “Cultura Viva”.

Mais do que estruturar os encontros, os representantes dos fóruns locais tiveram um papel fundamental em articular e sustentar a lógica de Rede dos Pontos de cultura, indo além dos espaços institucionais, ficando em conexão e realizando projetos e parcerias em conjunto, ao mesmo tempo, também atuando e contribuindo em espaços de participação importantes, como a elaboração do **Plano Nacional de Cultura** e das **conferências** de cultura espalhadas pelo país, ou seja, todo um ambiente no qual os representantes dos Pontos de cultura colaboraram para a fundamentação da política pública.

Concordamos que o MinC realizou um projeto animador para a criação de um movimento cultural pelos representantes da sociedade civil que faziam parte da política dos Pontos de cultura, mesmo reconhecendo a importância dessa ação, reconhecemos o papel centralizador do estado brasileiro na determinação de como os movimentos devem se organizar, na maioria das vezes, entendendo a sociedade civil como algo unificado, um tipo de nova esfera pública “autônoma”, sem perceber a heterogeneidade de processos que lhe é própria (Avritzer, 1994; Dagnino, 2006;). Desse modo, notamos que a existência de instâncias participativas por si só, não impedem a falta de regu-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

lação do Estado sobre elas, principalmente, quando existem indefinições a priori, de como o Estado pretende incorporar as deliberações realizadas na agenda da política pública.

Constatamos que houve uma abertura de diálogo do MinC com a sociedade civil, e a realização de processos de disputas entre os dois lados, através de pressão do movimento dos Pontos de cultura em caravanas para Brasília, nos debates e discordância sobre a proposta de Redesenho do Programa proposta pelo MinC, o avanço na criação de um grupo de trabalho que forneceu o debate fundamental da Lei Cultura Viva, entre outros.

No entanto, a falta de definições claras sobre o impacto dessas instâncias no melhoramento da política pública de cultura, acabou colaborando para que fosse enfatizado mais o momento de participação em si, do que a delimitação de como poderiam ser realizadas modificações na agenda do MinC, a partir considerações da CNdPC e das definições retiradas durante as reuniões do FNdPC.

III – Centros Cívicos na Catalunya: Política pública (cultural) e participação social

Como já explicamos na introdução, são muitas as semelhanças entre os contextos políticos e sociais dos dois países pesquisados nesse artigo, ao mesmo tempo, em que, notamos especificidades próprias nos dois exemplos de política pública de cultura. No que se refere aos Centros Cívicos, acreditamos que seria mais apropriado dizer que foi um tipo de política pública realizada por gestões de governos em diferentes regiões na Espanha com um objetivo mais voltado para o estímulo de processos participativos e cidadãos ligados aos serviços sociais básicos, a cultura figurando como uma das áreas que contribuiu para o processo de coesão social, por meio de um processo mais amplo.

Um dos temas que se destacaram no país na década de noventa foi o debate sobre a coesão social nas cidades e o impacto do desenvolvimento econômico, social e cultural para a maneira com a qual os cidadãos ocupam e discutem o espaço público. O momento em torno da realização de um dos principais eventos internacionais de esporte, as Olimpíadas, realizada na cidade de Barcelona



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

no ano de 92, teve uma grande repercussão para mudanças na concepção de cidade, turismo e do desenvolvimento da cultura.

Anteriormente a esse momento, desde o final da década de oitenta, com a variedade de movimentos e lutas que se realizavam em torno dos direitos sociais naquele país, com destaque para a pressão exercida pelo “movimento de vizinhos”, os governos municipais na Espanha, implantam os Centros Cívicos, como uma política pública que pretendeu solucionar determinados problemas e demandas da população, fazendo com que os municípios pudessem estar mais próximos da realidade, a partir da sua localização enquanto equipamentos públicos nos diferentes bairros.

A proposta segue o modelo que já vinha sendo desenvolvido quando da ocasião do surgimento do Ministério da Cultura na Espanha, na década de trinta, de descentralizar a política e a gestão cultural em diferentes territórios com o objetivo de garantir o acesso e a pluralidade cultural de forma democrática. Importante frisar que, essa postura ocorreu em virtude também de um conjunto de correlação de forças e de pressão social dos movimentos sociais que requereram junto às municipalidades, participação nos processos políticos e decisórios os quais estavam como cidadãos, diretamente envolvidos.

Nesse sentido, existiu um alargamento da participação política e dos procesos democráticos nas gestões municipais, ao mesmo tempo que começaram a criar equipamentos públicos priorizando as zonas periféricas das cidades, com a clara intenção de descentralizar serviços e atividades socioculturais, fortalecendo novas estruturas locais participativas.

Nessa perspectiva, os Centros Cívicos acabaram por articular e concentrar as associações cívicas, de vizinhos. Culturais, sociais e todo um amplo espectro de demandas de espaços para participação cidadã, com o objetivo de dar respostas mais imediatas as reivindicações dos cidadãos, na sua colaboração com as políticas locais, tornando possível um empoderamento local e cidadão a partir das realidades mais próximas (Silva; Ribugent; Duarte-Feitoza, 2017).

É verdade que num primeiro momento esses equipamentos foram constituídos por assistentes sociais, educadores, trabalhadores familiares com foco nas necessidades básicas e sociais. Entretanto, foi possível perceber uma expansão e dinamização com o surgimento de grupos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

organizados que defenderam interesses da comunidade em geral, entre eles a autonomia e o empoderamento político, social e cultural.

De acordo com o Programa marco da Rede de Centros Cívicos da Prefeitura de Girona, os principais objetivos que os equipamentos buscam cumprir, são:

“1) Facilitar e promover o acesso a cultura e a expressão cultural; 2) Fomentar a vida associativa e a participação cidadã; 3) Gerar procesos de interação social e de identificação coletiva; 4) Articular bairro e cidade: na dimensão cultural, participativa e de relações sociais”. (Xarxa de Centres Cívics, 2007).

Uma definição importante é realizada pela pesquisadora do tema, Maria Victoria Sánchez, que nos explica o contextualiza alguns fatores que já apontamos sobre o surgimento dos Centros Cívicos e seus principais objetivos, segundo ela:

“la emergencia de los Centros Cívicos debe entender así, como el resultado de la acción e interacción de la sociedad civil y del gobierno local, en el marco de un frágil equilibrio entre los objetivos de bienestar de la agenda socialdemócrata local y las transformaciones y desafíos sociales, políticos y económicos que experimentan las ciudades desde los años '80 frente a la crisis de los Estados Nacionales de Bienestar Keynesianos”¹.

Dessa maneira, podemos perceber que essa política pública de quase trinta anos de atuação, de acordo com as entrevistas realizadas com diretores e representantes de cargos técnicos na prefeitura, tem como propósito se realizar enquanto uma política de intervenção direta da municipalidade com muita intencionalidade nos bairros, no sentido responder a alta demanda da área de serviços sociais como um primeiro fator de impacto que pode contribuir significativamente para o proceso de coesão social. Notamos nas entrevistas, o destaque para a importância que os diretores dos Centros Cívicos determinam para a participação cidadã na gestão de seus próprios bairros, ocorrendo participação para a tomada de decisões coletivas em torno da programação cultural dos centros. (Silva; Carbó; Duarte-Feitoza, 2017).

Nesse aspecto, presenciemos um discurso muito próximo da concepção de cidadania cultural que explanamos, como uma continuidade ao modelo de T.H. Marshall propõe, no qual a cultura



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

passa a figurar como uma área de relevante importância para o momento contemporâneo, pela questão da expansão do debate sobre identidades e da valorização da diversidade cultural no campo simbólico, mas ao mesmo tempo, pelo seu valor enquanto aditivo econômico pela circulação de diversos bens culturais. A proposta dos Centros Cívicos nos parece aceitar a compreensão de que, é impossível se pensar em cidadania cultural sem aliá-la a uma discussão mais ampla sobre participação política, a cultura sendo um aspecto fundamental para o desenvolvimento humano e social dos indivíduos, assim como, para contribuir com a diminuição da exclusão social.

O modelo dos Centros Cívicos foi de investimento das prefeituras em infra-estruturas fixas, a partir da compra de casarões antigos que funcionariam como sede da política pública realizada nesses espaços específicos, em sua maioria, formatados em dois modelos: o centro cultural descentralizado de um bairro que trabalha a partir da cultura e o centro cidadão, baseado na atividade associativa, que pouco a pouco foi se fortalecendo para a área de participação. Pau Martinell (2015), na época, director do Centro Cívico Pont major, nos explicou que basicamente eles trabalham com três ferramentas: a cultura, a participação coletiva ou cidadã, e a articulação territorial

No que se refere aos Centros Cívicos situados em Girona, em virtude da marcada tradição associativa, característica da região da Catalunya, de associações esportivas, políticas, grupos de pais, entre outros, foi possível se manter uma rede fortalecida de equipamentos culturais, muito embora uma das principais dificuldades seja a estrutura simples de pessoal, o funcionamento da política depende muito da cooperação e da parceria das associações da sociedade civil e de colaboradores em geral.

Diferentemente da proposta dos Pontos de cultura no Brasil, no caso dos Centros Cívicos, a cultura nunca foi uma proposta central, mas sim uma proposta que agregasse o debate mais amplo voltado para a facilitação das relações entre as pessoas e os grupos humanos. Não existindo avaliações estéticas e críticas sobre as produções culturais realizadas, caso estas acabem não tendo um formato tão bem acabado enquanto produto cultural em si.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Apesar de toda a abertura para a participação da comunidade e dos movimentos sociais, a partir da ocupação do espaço coletivo do Centro Cívico como um local de organização popular de suas atividades, de proposição de cursos e atividades naquele espaço montando uma programação na qual, existe a possibilidade de realização de cursos pagos, nos quais as associações podem investir, gerir e lucrar economicamente com as atividades para sua própria estruturação, alguns gestores ainda consideram que vem sendo um modelo vertical, apesar de existir uma tentativa de incorporar um pouco das diretrizes das organizações sociais, a formulação em si é estritamente da gestão municipal.

Por outro lado, se observarmos a composição das programações culturais desses espaços, notamos que cerca de vinte e cinco por cento das atividades são programação própria da prefeitura, outros quinze por cento são atividades mistas, e outras cerca de sessenta por cento são de associações do terceiro setor. Num cálculo básico, se analisou que a cada 10 pessoas que entram no centro cívico, 6 delas vem pra uma atividade que não é organizada da prefeitura, segundo entrevista realizada com Pau Martinell.

Essas informações demonstram os tipos de diálogos e negociações existentes entre a gestão pública dos governos municipais e as organizações da sociedade civil, para realização do objetivo de uma política pública que possa incidir enormemente para o processo de coesão social e para a construção de processos de cidadania cultural entre a população.

IV - Conclusões:

Em termos de conclusões sobre as experiências apresentadas, podemos perceber que ambas tem contribuições significativas para a promoção da cidadania cultural. No caso da política pública de cultura dos “Pontos de cultura” no Brasil, com um foco mais voltado para a cultura e de como a participação democrática pôde ser realizada a partir desse tópico, no fortalecimento da cidadania cultural e dos direitos culturais por meio da relação entre estado e sociedade civil através das disputas entre os representantes políticos (CNPdC) dos Pontos de cultura e o MinC na formulação



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da agenda de ações da política pública, processo o qual não se realizou de forma mais efetiva com definições mais transparentes do papel da sociedade civil.

No caso da política pública dos Centros Cívicos, o seu surgimento se dá a partir de uma visão mais orientada de serviço público descentralizado, um dos principais compromissos sendo o estímulo à participação política da sociedade civil, muito embora o aspecto cultural seja bastante relevante na sua agenda. Os dois modelos enquanto partilha de experiências em conjunto, podem colaborar para aprendizados múltiplos no cenário das políticas culturais ibero-americanas, interessados em processos cada vez mais coletivos e democráticos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: _____. [org.]. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54. (Coleção Democracia Participativa). (Coleção Democracia Participativa).

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: SENADO FEDERAL, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Edital de Divulgação Nº 01, DE 15 de Setembro de 2006. Disponível em: www.cultura.gov.br

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto J. PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In:_____. (org). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

Entrevista realizada por Bárbara Duarte, com Pau Martinell, Director do Centro Cívico Pont Major, Girona, Catalunya, Julho de 2015.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORONI, J. A. O Direito à Participação no Governo Lula. 32nd International Conference on Social Welfare. (2006). Disponível em: www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/19_07_PDF/jose_antonio_moroni.pdf

Proximitat i relació per a la cohesió social: Programa marc de la Xarxa de Centres Cívics de l'Ajuntament de Girona. l'Ajuntament de Girona, 2007.

ROSALDO, Renato. **La pertenencia no es un lujo:** Procesos de ciudadanía cultural dentro de una sociedad multicultural Desacatos, núm. 3, primavera, 2000. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social Distrito Federal, México. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13900305>

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador, EDUFBA, 2010.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SÁNCHEZ BELANDO, María Victoria. 2015. **“Las Políticas culturales de proximidad en el paradigma de la ciudad creativa: el caso del programa de centros cívicos en la ciudad de Barcelona”**. Política y Sociedad. Rev. 52: 125-152.

TURNER, Bryan. ISIN, F Engin. **“Citizenship Studies: An Introduction”**. In: Handbook of citizenship studies. Edited by Engin F Isin & Bryan Turner. London: SAGE Publications, 2002.

Silva, Bárbara; Ribugent, Carbó Gemma; Duarte-Feitoza, Paulo Henrique. **Cidadania cultural e procesos participativos na construção das políticas culturais no Brasil e Espanha**. VIII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas. Madri, 2017.